

PÁGINA DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3206-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appsindicato.org.br | Facebook: @appsindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornalistas: Fabiane Burmester (4305-PR), Gelinton Batista (8027-PR), João Paulo Nunes Vieira (11792-PR), Luis Lomba (99667-92 - RJ) e Luiz Damasceno (MTb 14325). Diagramador: Rodrigo Romani (7756-PR) | Edição de vídeos: Luan P. R. de Souza.

Nº 1353

20 de setembro de 2023

Comunidade do Colégio Heráclito, de Colombo, protesta contra ameaça de destituição da direção

Processo movido contra a equipe diretiva foi recebido com indignação por estudantes e familiares

Processos de caráter inquisitórios movidos pela Seed contra direções escolares eleitas pela comunidade continuam a ameaçar a gestão democrática no Paraná. Nesta semana, estudantes do Colégio Estadual Heráclito, de Colombo, protestaram em defesa da permanência dos(as) diretores(as), que estão na mira da Secretaria.

“Muitos entraram em estado de choque quando ficaram sabendo”, conta o estudante e presidente do Grêmio Estudantil, Fabrício Sá. “Não queremos um desconhecido na direção do colégio. Alguém que não conhece a realidade da escola. Pais e estudantes votaram na atual direção. Tirar eles agora é jogar nossos votos no lixo”, complementa.

O governo acusa a direção de descumprir metas de uso da plataforma Redação Paraná, de não realizar “observações em sala de aula” em número suficiente e de não assegurar o índice mínimo de 85% de frequência escolar dos(as) estudantes.

O termo de descumprimento, documento assinado pela Comissão Paritária instaurada para investigar a suposta “insuficiência de desempenho”, revela o absurdo do processo. O texto constata que a frequência no 1º trimestre foi de 84,39%, ou apenas seis décimos abaixo da meta arbitrária imposta pela Secretaria.

O processo está em andamento, mas, na prática, a publicação do termo de descumprimento representa a provável destituição do diretor.

“Acompanho o trabalho deles desde o início da gestão, durante a pandemia. Nessa época, alguns estudantes não conseguiam acessar o meet ou vir até a escola buscar as atividades e, para ajudá-los, a direção ia até as casas levar os materiais. Às vezes não temos para quem contar nossos problemas e eles nos escutam, entendem e resolvem. Tirar a gestão por esses motivos é medonho”, continua Fabrício.

Represália

Vale lembrar que o Colégio Heráclito foi uma das escolas que resistiram à privatização no final de 2022, quando o governo tentou terceirizar a gestão de diversas escolas estaduais.

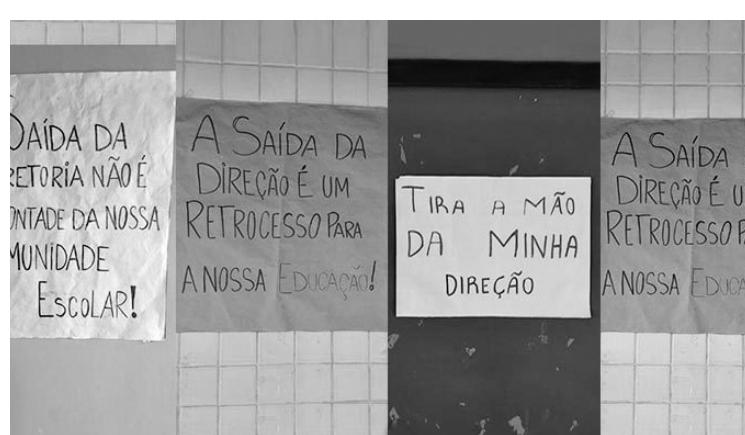


Foto: Divulgação

“Acompanho o trabalho deles desde o início da gestão, durante a pandemia. Nessa época, alguns estudantes não conseguiam acessar o meet ou vir até a escola buscar as atividades e, para ajudá-los, a direção ia até as casas levar os materiais. Às vezes não temos para quem contar nossos problemas e eles nos escutam, entendem e resolvem. Tirar a gestão por esses motivos é medonho”, continua Fabrício.

A comunidade escolar votou contra o projeto.

Com o intuito da medida ser revertida, os estudantes estão organizando intervenções e reuniões informativas para pais e alunos com apoio da UPES e da UMES. Os(as) alunos(as) não descartam uma paralisação caso a destituição se confirme.

Afastamento arbitrário de direções é recorrente

Os processos para remover diretores(as) arbitrariamente tornaram-se comuns desde que a Seed publicou, em 2021, resoluções que condicionam a permanência da equipe gestora a determinadas metas.

O caso mais notório se deu em Almirante Tamandaré. A mobilização dos(as) estudantes do Colégio Estadual Professora Edimar Wright gerou repercussão na mídia estadual e o envolvimento da Assembleia Legislativa, o que levou a Secretaria a recuar.

Também em Colombo, o diretor do Colégio Bento Munhoz da Rocha Neto, Wilson Cabral de Godoy, foi retirado do cargo um ano depois da unidade receber o certificado Diamante por desempenho no Ideb. A premiação foi concedida pelo próprio governo.

Desde a publicação das resoluções, a APP critica o excesso de legalismo e o punitivismo que caracterizam os processos de afastamento. O Sindicato participa ativamente da oitiva e da defesa dos(as) educadores(as), mas enfrenta grande resistência diante dos dispositivos legais criados pela Seed.

Com articulação da APP, Foz do Jordão aprova implantação do piso para professores(as)

A Câmara Municipal de Foz do Jordão aprovou na última quarta-feira (14) um projeto de lei que reestrutura o plano de carreira e aplica o Piso Nacional do Magistério (R\$ 4.420,36 para 40h) para professores(as) da rede municipal de ensino.

O projeto, que foi aprovado por unanimidade, é mais uma vitória da APP-Sindicato, que tem trabalhado por meio da sua Secretaria de Assuntos Municipais junto aos Núcleos Sindicais para garantir a correta aplicação do piso em todo o estado.

No projeto enviado à Câmara de Foz do Jordão, o prefeito Francisco Clei da Silva (PSB) cita as discussões entre a prefeitura e a APP-Sindicato, que participou ativamente das negociações.

A secretaria de Assuntos Municipais da APP, Marcia Oliveira, ressalta que a prefeitura de Foz do Jordão é um exemplo de que negociações podem garantir um avanço importante nas carreiras de trabalhadores(as).

“Foz do Jordão é o exemplo de como uma negociação pode trazer bons resultados quando ela é feita de forma respeitosa por parte do administrador. A categoria teve sua tabela reorganizada e o piso pago assegurando que todos receberão ganho real nos seus vencimentos”, conta a secretária.

A dirigente reforça que a APP continuará mobilizada, percorrendo os municípios e dialogando com as prefeituras para garantir que o piso seja implementado em todo estado.

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a plena vigência da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério e da fórmula de cálculo do reajuste. Assim, não há mais desculpa para que os municípios não cumpram com a legislação.

“A Secretaria de Assuntos Municipais já elaborou uma nota e temos uma reunião com representantes das direções municipais da APP para organizar a retomada das negociações, já que tivemos um resultado positivo a partir do julgamento do STF. Então o próximo passo é marcar mais reuniões com os executivos e começar essas tratativas”, completa Marcia.